



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181089 - SP (2021/0213609-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **INDUSTRIAS ARTEB LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ROBERTO GOMES NOTARI - SP273385**
 JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406
 TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730
 MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SÃO BERNARDO**
 DO CAMPO - SP
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO**
INTERES. : **TIAGO DA SILVA DOURADO**
ADVOGADOS : **MÍRIAM APARECIDA SERPENTINO - SP094278**
 EDNA MIDORI INOUE - SP156713

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por INDÚSTRIAS ARTEB LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP) e o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO.

A recuperação judicial da suscitante foi deferida em 15/3/2016 pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo (SP), com a determinação de suspensão das ações e execuções movidas contra si.

Afirma a suscitante que a Sexta Turma do Tribunal do Trabalho da 2ª Região "deferiu a possibilidade do prosseguimento do feito executivo em face dos sócios da empresa" (fl. 6). No entanto, "a dívida é da Suscitante e não de seus sócios e a sua exigibilidade está atrelada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, desde que o crédito seja devidamente habilitado pelo Reclamante, nos termos da Lei nº 11.101/05" (fl. 8).

Alega que "não é aceitável que a 6ª Turma do Tribunal do Trabalho da 2ª Região acolha a pretensão do credor, autorizando o prosseguimento do feito por meio da possibilidade de instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, visto que ataca a competência do D. Juízo Recuperacional, na medida em que permitirá a satisfação do crédito de forma diversa, notadamente buscando atingir o patrimônio dos sócios da Suscitante" (fl. 15).

Assim, "verifica-se com facilidade a invasão da competência pertencente ao Juízo da Recuperação Judicial (8ª Vara Cível do Foro de São Bernardo do Campo /SP) pela 6ª Turma do Tribunal do Trabalho da 2ª Região do Estado de São Paulo, nos autos da Reclamatória Trabalhista ("RT") nº 1001073-95.2014.5.02.0461, a qual, em clara afronta à decisão do Juízo recuperacional e à jurisprudência dominante do STJ, entende ser competente para julgar e deliberar acerca de matéria que incide sobre o crédito concursal ao procedimento recuperacional da Suscitante, inclusive eventual autorização para a instauração de incidente de desconconsideração de personalidade jurídica para fins de possibilitar a persecução de crédito de origem estritamente concursal, [...] visto que o credor não habilitou o seu crédito e pretende o recebimento de modo diverso ao Plano" (fl. 16).

Requer liminarmente a suspensão dos "atos expropriatórios com relação ao crédito do Reclamante submetido ao processo de soerguimento da Suscitante, [...] obstando expressamente a instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em face dos sócios da Suscitante, determinando-se, ainda, a suspensão da Reclamatória Trabalhista, processo nº 1001073-95.2014.5.02.0461, tendo em vista que o credor sequer promoveu a devida habilitação do seu crédito, mesmo tendo sido advertido para tanto" (fl. 22).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo juízo universal (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020 e AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020).

Todavia, nos termos da Súmula n. 480 do STJ, "o juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa".

Ainda, conforme a Súmula n. 581 do STJ, "a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória".

Vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO UNIVERSAL.
ATRATIVIDADE DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS
PROMOVIDAS UNICAMENTE CONTRA A EMPRESA

RECUPERANDA. CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DE SÓCIO E/OU EMPRESA DE GRUPO ECONÔMICO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. PRECEDENTE EM CASO ANÁLOGO (CC 117.656/SP, REL. MIN. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE DE 21/06/2012). MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO INCIDENTE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgInt no CC n. 171.216/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, DJe de 4/9/2020.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. INCLUSÃO DE COOBRIGADOS NO POLO PASSIVO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COMPETÊNCIA INDISTINTA DA JUSTIÇA COMUM E DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INVASÃO DE ATRIBUIÇÕES JUDICIAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos da iterativa jurisprudência desta Corte, a Justiça do Trabalho tem competência para decidir acerca da desconconsideração da personalidade jurídica da sociedade em recuperação judicial, bem como para, em consequência, incluir coobrigado no polo passivo da execução, pois tal mister não é atribuído com exclusividade a um determinado Juízo ou ramo da Justiça.

2. Nas hipóteses em que bens de terceiros, de sócios, de coobrigados, de devedores solidários ou de sociedade do mesmo grupo econômico, não submetidos ao plano de recuperação judicial, são chamados para responder à execução ajuizada contra a sociedade em recuperação judicial, a jurisprudência desta egrégia Corte firmou o entendimento de não reconhecer a existência de conflito de competência, porquanto não há dois juízes decidindo acerca do destino do mesmo patrimônio.

3. Em casos assim, a sociedade em recuperação judicial é até mesmo beneficiada com a continuidade da execução contra os sócios ou coobrigados, pois em um primeiro momento fica desonerada daquela obrigação, que somente depois lhe será exigida, se for o caso, regressivamente.

4. Incidência da Súmula 480 desta Corte: "O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa." 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no CC n. 160.384/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 30/10/2019.)

Assim, no presente caso, em juízo preliminar, não visualizo a presença dos requisitos autorizadores da medida liminar postulada.

A Sexta Turma do Tribunal do Trabalho da 2ª Região tão somente autorizou o prosseguimento da execução contra os sócios da empresa por meio de instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (fls. 1.569-1.573).

Não há demonstração de que tenha sido determinado, por ora, nenhum ato de execução sobre o patrimônio da empresa pelo Juízo trabalhista ora suscitado.

Por fim, registre-se que o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal nem pode resolver questões que devem ser dirimidas nas

instâncias ordinárias.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Solicitem-se as informações aos Juízos suscitados.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente